



EDITORIAL

Leitoras e leitores da Revista Mutirão esperamos que estejam bem nestes tempos sombrios e atormentados pelo fascismo que o modelo liberal político-econômico das democracias são coniventes. Desejamos uma indignada leitura seguida de ações para que juntos/as possamos construir um bem viver, sem as sombras do fascismo e seus efeitos perversos, para todos e todas injustiçados/as nos campos, nas florestas e nas cidades! Na sequência apresentamos os textos de autoras e autores de muitas partes do Brasil e da América Latina comprometidos/as com o debate e ações no espaço agrário. Boa leitura!

Desde Llanura de Guatuso em Alajuela na Costa Rica o autor Ardon coloca em perspectivas as experiências de práticas de cultivos camponeses desse território para descobrir se mesmo após uma longa política de governo para substituição de plantações tradicionais de grãos, destinadas ao autoabastecimento familiar e comercialização local, por outras distintas, porém com maior valor de mercado e destinado às exportações, os e as camponesas mantiveram suas práticas e saberes, provindas de uma memória de saberes ancestrais, adaptada ao contexto territorial. Na sequência temos uma abordagem teórico-metodológica aplicável a diferentes realidades onde os conflitos abundam decorrentes de implantações de projetos de energia dita “limpas”, especialmente dos parques eólicos financiados pelo BNDES, a professora e pesquisadora Garcia Santos analisa em seu artigo, a partir do entendimento de justiça ambiental, da ecologia política, da governamentalidade e da pesquisa de campo, a discrepante relação de perdas e ganhos em sentido espacial e as relações de poder e visibilidade entre os grupos envolvidos no conflito. Borges e Fernandes em seu trabalho nos apresentam a experiência e o protagonismo dos movimentos socioterritoriais organizados e incidindo ativa e politicamente nos governos, naqueles que minimamente se comprometem com políticas públicas para o camponato, para construção de política pública emancipatória, a saber, este é o Programa Camponês que ademais ainda estreou uma rede camponês(a)-trabalhador(a) urbano(a) ou campo- cidade para as vendas, a preços justos, de alimentos a classe trabalhadora das cidades. Partindo da constatação que a mineração e seu modelo extracionista no país provocou

os(as) geógrafos(as) brasileiros(as), em particular os(as) estudiosos(as) da geografia agrária que contribuem criticamente para o debate a cerca do tema, o geógrafo Gonçalves a partir de pesquisas e participações em eventos acadêmicos e lutas dos movimentos sociais e sindicatos agrega três eixos relevantes para o debate, dentre eles o saque territorial pela mineração, além de concluir que a Geografia enquanto ciência crítica contribui de forma ativa e engajada nas ações e pesquisas sobre a mineração no Brasil.

A história ambiental do Brasil, assim como a do Nordeste e de Pernambuco, especificamente num ambiente de complexa interação humana como o semiárido é objeto de reflexão do filósofo e professor de história Silva, desta forma, o autor nos conduz a partir da histórica experiência dos povos originários da região, os Xukuru do Ororubá, habitantes do semiárido pernambucano, e de indícios arqueológicos, às possíveis relações humanas de diversas ordens com o ambiente, anterior e posterior a colonização das terras semiáridas brasileiras. Os autores Sousa e Fernandes compreendendo a importância da Geografia Agrária e suas análises sobre o campo brasileiro trazem a tona uma importante ferramenta geográfica para esclarecer importantes questões agrárias: o geoprocessamento, geotecnologia que pode ser utilizada para produção de mapas objetivando uma análise geo-histórica da questão agrária do estado de Alagoas, Nordeste brasileiro, e por conseguinte de outros lugares, utilizando-se de software de sistema de informações geográfica (SIG) livre, o Qgis, adotando o SIRGAS-2000 como projeção. Construindo o debate sobre os sistemas agroalimentares calcado em suas diferenças de modelo: produtivo, sociocultural, territorial, econômico e ambiental, além de sua comercialização, a pesquisadora Figueiredo Silva utilizando-se da abordagem sobre a colonialidade do saber e de poder do sociólogo peruano, Aníbal Quijano, problematiza as desigualdades e consequências das cadeias produtivas hegemônicas *versus* o modelo produtivo agroecológico nas diferentes esferas da vida no campo e na sociedade em geral. A reforma agrária é um dos temas clássicos na geografia agrária brasileira por se tratar, dentre outras repercussões, de uma política pública que efetiva o direito à terra ao campesinato e a professora e pesquisadora Rodrigues da Silva em seu texto aborda os pormenores do surgimento e territorialização de um assentamento no estado de Goiás, desde os conflitos, as contradições e os interesses diversos de famílias que participaram da luta pela terra e àquelas que adquiriram lotes por concessão ou compra à própria política pública que altera o status fundiário de um determinado município.

Abrindo espaço na roda da capoeira geográfica da resistência negra ancestral os autores e as autoras do trabalho “A educação territorial quilombola na baixada maranhense em roda de capoeira angola: autonomia, luta e resistência” nos explicam como a partir da Capoeira Angola junto ao Movimento Quilombola do Maranhão e o IFMA, se construiu o processo da educação territorial na Baixada Maranhense utilizando a capoeira como espaço educativo com vistas à diversificação das formas de lutas e permanência no território através da troca de saberes e experiências entre docentes

quilombolas. No artigo intitulado “Mapeamento de conflitos socioambientais no território de Suape, Pernambuco/Brasil” os(as) autores(as) estabelecem sua delimitação geográfica ao território do Complexo Industrial de Suape (CIPS) em Pernambuco e partindo da ideia de justiça ambiental, ajustando ao Mapa Global de Justiça Ambiental (Ejatlas), desenvolveram o mapeamento dos conflitos socioambientais neste território, evidenciando as violações de direitos contra antigos/as moradores/as do que hoje é Suape, principalmente, em relações as suas terras de vida e trabalho. Expansão do agronegócio, monocultivos, transgênicos, produção de *commodities*, ambos do milho, em grandes, médias e pequenas propriedades rurais já é a realidade espacial do Médio Sertão Sergipano nos asseguram os autores Santos Silva e Lee Hansen, em seu artigo analisaram como tais produções em propriedades rurais de pequenas as grandes, subordinadas a lógica monopolista do capital na agricultura, reconfiguraram a região desencadeando uma nova configuração produtiva que prejudica as diversas plantações alimentares e, conseqüentemente, a identidade territorial camponesa.

Alexandre Bezerra Chaves

Anderson Camargo Rodrigues Brito

Claudio Ubiratan Gonçalves

Thiago Henrique Araújo Silva